

Constituinte independente divide membros da Comissão

Estória de Arte

Da Reportagem Local e do Sucursal do Rio



A emenda constitucional enviada ao Congresso Nacional pelo presidente José Sarney, que prevê a conversão do Poder Legislativo em Assembleia Nacional Constituinte, começa a dividir as opiniões da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

O jurista Fábio Konder Comparato, signatário da "Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional", promete, inclusive, renunciar à sua vaga na Comissão.

Dizendo-se coerente com a proposta que defende junto ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, órgão que representa 130 entidades civis, Comparato pretende enviar uma carta de renúncia ao presidente Sarney. A transformação do Congresso em Assembleia Constituinte, entretanto, encontra defensores e opositores. Para o professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Ceará, Paulo Bonavides, 62, a Assembleia deve ser convocada especificamente para elaborar a nova Constituição e depois ser dissolvida.

"A independência da Assembleia mostraria a medida da pureza de sua missão", disse Floriza Verucci, 48, advogada e uma das duas únicas mulheres convocadas para a Comissão.

O cientista político Bolívar Lamounier, 42, não vê inconvenientes graves em conjugar as funções do Congresso e da Assembleia Constituinte. "Acabamos de liberalizar a formação dos partidos políticos e a população não terá restrições ideológicas na escolha de seus representantes", defende. Uma terceira posição, entretanto, é defendida pelo secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, o professor de Direito da USP, José Afonso da Silva, 60.

"O modo de convocação da eleição dos deputados e senadores em 1986 é que não está correto", explica Silva. Para ele, os eleitos não teriam mandatos, nem funções definidas. "Também considero um risco dissolver a Assembleia após suas funções. Não podemos ficar num vácuo de representatividade popular, que geraria o risco de golpe de Estado."

Outro ponto que promete gerar muita polêmica nos trabalhos da Comissão é a existência de candidaturas independentes de partidos políticos, os chamados candidatos avulsos. Para o assessor da Presidência e futuro secretário-executivo da Comissão, o jornalista Mauro Santayana, 52, a candidatura avulsa só serviria para satisfazer certas vaidades ou teria por trás a interferência do poder econômico.

O professor Luís Pinto Ferreira, 65, no entanto, defende as candidaturas avulsas à Constituinte, embora reconheça a tendência do direito constitucional moderno de encaminhar as postulações através de partidos.

Criticas

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, constituída para fornecer subsídios à futura Assembleia Nacional Constituinte, é "um dos grandes erros da Nova República", segundo o governador do Rio, Leonel Brizola. "É uma Comissão de elites, sem representatividade do poder político, que só teria cabimento se fosse integrada por Constituintes eleitos", disse o governador.

Brizola afirmou que a Comissão será "um instrumento em favor das categorias privilegiadas da sociedade, que colocará a Constituinte diante de uma situação mais ou menos consumada, apenas com o poder de emenda". O governador reclamou: "Nosso partido não foi ouvido, nem qualquer de seus membros foi convidado para integrar a Comissão".

Para historiador, a desvinculação é essencial

Da Reportagem Local

"Separar a Assembleia Nacional Constituinte do Congresso é essencial", afirmou anteontem o historiador Marco Aurélio Garcia, 43, professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), durante o primeiro debate do ciclo de estudos "O que é Constituinte?", realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Segundo ele, "dependendo de como a questão for encaminhada, teremos uma Constituição com resultados radicalmente diversos. De um lado, temos o Congresso, um poder constituído e limitado. E de outro o povo, com poderes ilimitados, efetivamente constituído".

Para o jurista Fábio Konder Comparato, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — que também participou do evento, promovido pela revista "Lua Nova", do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), com a participação da PUC-SP e da Editora Brasileira — "só o povo pode exercer o poder constituinte, mas no Brasil ele sempre esteve ausente das Constituintes". Comparato fez três propostas para que essa situação não se repita: a implantação de comissões consultivas municipais, que formulariam sugestões à Constituinte, no lugar da comissão governamental designada pelo Executivo; a eleição de representantes especificamente para a Constituinte; e a realização de um referendo popular, não para aprovar a Constituição em bloco, mas para analisar os seus pontos básicos.

QUEM É QUEM NA COMISSÃO PROVISÓRIA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS			
Dados biográficos	Principais propostas	Dados biográficos	Principais propostas
Afonso Arinos de Mello Franco Mineiro, 79, jurista. Suplente à ANC de 46, foi deputado federal (47, 50 e 54) e senador (58), retirando-se da vida parlamentar em '67. Membro da ABL, foi embaixador na ONU e ministro das Relações Exteriores em 61 e 62.	Não encontrado	José Afonso da Silva Mineiro, 60, advogado, secretário dos Negócios Jurídicos de São Paulo e professor de Direito Constitucional na USP. Foi assessor jurídico das secretarias da Justiça, do Interior e da Segurança Pública do Estado de SP.	Comissão deve estimular a participação popular para que seja realmente representativa das aspirações dos brasileiros. Refazer o sistema federativo (descentralização) para eliminar as grandes diferenças sociais, e rever a distribuição dos recursos aos Estados e municípios.
Alberto Venâncio Filho Advogado de empresas, 51, professor de Direito Comercial. Foi assessor da Presidência da República no governo Jânio Quadros e professor do Instituto Rio Branco e da Fundação Getúlio Vargas (RJ).	Não encontrado	José Alberto Assunção Consultor jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas e advogado. Foi professor da Escola Superior de Guerra e hoje é também procurador do PFL-RJ.	Não encontrado
Antônio Ermírio de Moraes Paulista, 57, Diretor-superintendente do Grupo Votorantim. Este mês, foi eleito pela sétima vez consecutivo o líder empresarial do País, em eleição direta promovida pela revista "Balanço Anual". Considerado de tendência liberal.	É de opinião de que a educação deve ser um dos pontos básicos de exame da Comissão de Estudos Constitucionais. E é a favor de que o industrial assumas maiores responsabilidades com a Nação em termos culturais.	Jose Francisco da Silva Pernambucano, 46, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Sindicalista desde fins da década de 50, elegeu-se para a Contag na chapa opositorista (68).	Não encontrado
Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho Pernambucano, 86, jornalista, escritor e advogado. Constituinte em 34 e 46, governador de Pernambuco (47-51), deputado federal pelo PSB, de 59 a 63, candidato a vice-presidente em 73, pelo MDB. É presidente da ABL desde 78.	Defende a existência da imprensa alternativa e a condição para que todas as correntes de pensamento possam se manifestar. Acredita que a maior parte dos parlamentares deve se dedicar à nova Constituição enquanto outros legislariam. Combate a candidatura avulsa.	Jose do Rego B. Meira de Araújo Pernambucano, 57, jurista. Foi líder estudantil na década de 30 e deputado federal (UDN) no período de 63-66. Doutor em Direito e professor de Sociologia, escreveu diversos livros sobre esses assuntos.	Tudo deverá ser discutido pela Comissão, mas sua primeira tarefa será definir o papel dos Poderes numa Constituição moderna.
Bolívar Lamounier Mineiro, 42, cientista político. Sociólogo formado em Belo Horizonte (MG), doutorou-se pela Universidade da Califórnia (EUA), em 66. Trabalhou no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio (Iuperj), transferindo-se depois para São Paulo.	Sem propostas específicas, defende que a Constituição terá que ser politicamente e socialmente progressista, para que abra canais de participação da sociedade, assegurando, ao mesmo tempo, a eficiência do governo para enfrentar o problema do desenvolvimento.	José Saulo Ramos Advogado especialista em Direito Processual, foi delegado na Conferência Internacional do Café.	Não encontrado. Encontra-se em cruzeiro marítimo pelas ilhas Gregas, devendo retornar no próximo dia 25.
Cândido Antônio Mendes de Almeida Sociólogo, professor e escritor, 59. Católico militante. É secretário-geral da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais (ONU) e diretor do Conjunto Universitário Cândido Mendes.	Embora ainda não tenha propostas, pois estas dependem das normas da Comissão, crê que devem ter destaque as questões dos direitos humanos e dos direitos sociais, com o necessário tratamento do problema da educação e da marginalidade social.	José Paulo Sepúlveda Pertence Mineiro, 46, procurador-geral da República. Foi vice-presidente da UNE na década de 50 e professor de Direito Constitucional na UNB, cassado em 68. Foi presidente da OAB-DF e atuou como advogado de Lula e dos padres franceses Camio e Gourio.	Não encontrado
Célio Borja Carioca, 57, assessor especial do presidente José Sarney, jurista, especialista em Direito Constitucional. Vice-presidente da UNE, no governo Dutra, líder da Arena na Câmara, onde exerceu mandatos de 66 a 82.	Afirma que o trabalho da Comissão é ouvir a sociedade para dar forma às suas aspirações. Na sua opinião, os integrantes devem ter humildade de se colocar na postura de quem ouve.	Rev. José Ferreira Cunha Religioso representante das igrejas protestantes.	Não encontrado
Celso Monteiro Furtado Paraibano, 65, bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (RJ) e doutor em Economia Política pela Sorbonne, de Paris. Superintendente da Sudene, em 59. Cassado em 64, deixou o País e lecionou em Yale, Universidade de Paris e Sorbonne.	Não encontrado	Jorge Amado Baiano, 72, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras. Participou da Constituinte de 46 pelo PCB. Em 47, quando o PCB foi posto na ilegalidade, exilou-se na Tchecoslováquia. E nunca mais ocupou cargos públicos.	Jorge Amado encontra-se na Europa, devendo retornar em outubro próximo.
Claudio Lacombe Carioca, 53, advogado de Direito Civil. Renunciou à sua vaga no TSE em 69, quando a Junta Militar, usando o AI-5, afastou do Supremo os ministros Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva.	Espera apresentar sua experiência no capítulo do Poder Judiciário. Defende a criação de tribunais regionais de Recursos. Acha que a Justiça do Trabalho deve ser composta apenas por juizes togados. Considera importante a questão de quem julga os crimes de Segurança Nacional.	Luís Euclálio de Bueno Vidigal Filho Paulista, 46, presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp/Fiesp). É dirigente de sindicatos patronais desde a década de 70, tendo sido eleito para a presidência da Fiesp em 1980.	Defende a livre iniciativa, a limitação da interferência do Estado na economia, o controle do Estado-empresário, o parlamentarismo, os direitos trabalhistas e previdenciários e a reformulação do sistema tributário.
Cláudio Pacheco Piauiense, advogado e professor de Direito Constitucional da UFRJ. Ex-advogado do Banco do Brasil.	Não encontrado	Luís Pinto Ferreira Pernambucano, 65, catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Recife. Foi militante do PSB, senador pelo PTB e presidente do MDB em Pernambuco. É considerado um dos mais importantes constitucionalistas do País.	Incluir mecanismos que garantam maior oferta de trabalho, saúde e educação, e disciplinar a dependência externa ao capital estrangeiro. Defende as candidaturas avulsas à Constituinte, mas diz que a tendência do Direito Constitucional é encaminhar as postulações através dos partidos.
Clóvis Ferro Costa Maranhense, 62, advogado. Foi deputado federal eleito pela UDN, em 58 e 62, quando aderiu ao chamado grupo "Bossa Nova". Foi cassado em 64, tendo seus direitos políticos suspensos por dez anos. É assessor do ministro da Justiça.	É a favor do parlamentarismo e de que a Constituinte seja conjunta com o Congresso. Contrário à candidatura avulsa, por defender a valorização dos partidos. Acha que a Comissão Constitucional deve "repensar as Constituições passadas".	Mário de Souza Martins Jornalista, é presidente do Conselho da ABL. Senador do antigo MDB (67), foi cassado em 69. Em 82, concorreu ao senado pelo PMDB-RJ com o apoio do MR-8, mas foi derrotado. Presidiu a convenção do partido que escolheu o candidato à Prefeitura do Rio.	É simpático às candidaturas avulsas à Constituinte e acha que os constituintes não devem se ocupar de atividades legislativas. Defende a questão da ecologia, o direito à privacidade, e contra a passagem de aviões de combate e missões estrangeiras pelo País.
Cristóvam Buarque Pernambucano, 41, reitor da Universidade de Brasília, engenheiro e economista. Participou da fundação do MDB de Pernambuco, em 66. Ex-funcionário do Banco Mundial, assessorou a Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag).	Procurará defender propostas ligadas às áreas de educação, economia e defesa de recursos naturais. Para isso, pretende mobilizar a diversidade de Brasília para participar da elaboração de sugestões.	Mauro Santayana Gaúcho, 52, jornalista. Foi correspondente da Folha em Madri (79 a 81). No Brasil, foi repórter político até 82 e um dos assessores de Tancredo Neves. E o secretário-executivo da Comissão.	Procurará influir para que os problemas sociais sejam debatidos. Para ele, a Comissão contribuirá para o debate nacional das relações entre a sociedade, a Nação e o Estado.
Edgard da Matta Machado Mineiro, 72, jurista, filósofo e jornalista. Deputado federal eleito em 66 e cassado dois anos depois. Professor de Direito da UFMG (cargo do qual foi afastado em 69), autor de obras jurídicas, entre as quais "Elementos de Teoria Geral do Direito".	Defende que a nova Constituição será expressar, com clareza, a função social do trabalho e do capital. Quer que conste também a preservação dos movimentos populares e dos direitos do homem.	Miguel Reale Paulista, 74, jurista. Doutor em Direito pela USP (41), foi secretário da Justiça e Interior (47 e 63), delegado na OIT (51), revisor da Carta de 67, presidente da comissão de revisão do Código Civil (75) e reitor da USP.	Propõe a adoção de um parlamentarismo adequado à realidade brasileira, o reordenamento do federalismo que gere mais harmonia na distribuição de riquezas entre União, Estados e municípios e uma revisão das atribuições e competências dos três Poderes.
Eduardo Portela Baiano, 52, advogado, escritor e professor de Literatura na UFRJ. Foi ministro da Educação do governo Figueiredo. E membro da Academia Brasileira de Letras. Considerado de tendência liberal.	Pretende atuar junto a segmentos mantendo contatos diários com setores de Educação, Cultura, Comunicação. Quer uma Constituição que reflita a sociedade e não só o Estado.	Miguel Reale Jr. Advogado criminal, jurista e professor de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 41 anos. Foi secretário da Segurança Pública do governo Montoro. Considerado de tendência liberal.	Defende a tese do semipresidencialismo. "em que o Poder Legislativo exerça um controle amplo e eficaz sobre o Executivo". Considera importante a descentralização fiscal e a retirada do conceito de Segurança Nacional da Constituição.
Evaristo de Moraes Filho Carioca, 70, jurista voltado para o Direito do Trabalho. Catedrático da UFRJ, foi aposentado em 69. Redigiu o anteprojeto do Código do Trabalho. Em março de 84, entrou para a Academia Brasileira de Letras. É membro-fundador do atual PSB.	É a favor da autonomia sindical e fim do paternalismo estatal nas relações de trabalho. Defende o fim do Imposto Sindicalidade mínima para começar a transferência para a Justiça do Trabalho e a criação de autarquias e empresas de economia mista.	Miguel Seabra Fagundes Potiguar, 75, jurista e magistrado. Foi integralista, presidente do TRE-RN e do Tribunal de Justiça, interventor federal no RN, consultor-geral da Justiça, ministro da Justiça e presidente do Conselho Federal da OAB.	Defende as candidaturas avulsas à Constituinte por acreditar que os partidos políticos ainda não estejam sedimentados, a restauração da autonomia dos Estados, a reestruturação do Poder Judiciário, a questão do meio ambiente e da livre empresa.
Fábio Konder Comparato Professor de Direito Comercial na USP, 48. Doutor pela Universidade de Paris, é membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de SP. Foi assessor do ministro Evandro Lins e Silva no Supremo Tribunal Federal e é autor de vários livros.	Vai recusar-se a participar da Comissão por não concordar com o projeto do governo que atribui poderes constituintes ao Congresso. Para ele, o governo deveria criar a organização da sociedade para debater a reconstitucionalização do País.	Ney Prado Paulista, 55, professor da Fundação Getúlio Vargas (SP). Foi professor da Escola Superior de Guerra e chefe da Divisão Política do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington.	Não encontrado
Fajardo Pereira Faria Paranaense, 38, jurista. Promotor há quinze anos, foi deputado estadual pelo PMDB e agora é suplente de deputado estadual (obteve dezesseis mil votos nas eleições de 1982, mas não foi eleito).	Pretende ouvir as entidades de classes e representantes da sociedade para formular uma proposta de trabalho. Esclarece que sua linha de atuação não será de gabinete e não limitará seu trabalho à área jurídica.	Odilon Ribeiro Coutinho Paraibano, 62, mineiro. Foi deputado federal (PDC-RN) entre 63 e 66, transferindo-se para o MDB ao final do mandato. Tentou eleger-se para o Senado, pelo PMDB, de 66 a 82, mas todas as tentativas foram inúteis.	Não encontrado
Pe. Fernando Bastos D'Ávila Jesuíta, sociólogo, professor e fundador da PUC-RJ. É dirigente do Instituto de Estudos Sociais da Arquidiocese do Rio de Janeiro.	Propõe uma nova fórmula para o lançamento de candidaturas avulsas, onde cada Estado teria o direito de escolher uma "figura eminente da sociedade" que não fosse filiada a partido político.	Oriando Magalhães de Carvalho Mineiro, 75, jurista. Foi professor de Direito e reitor da UFMG. É membro do Conselho Estadual da Educação e ex-membro do Conselho Internacional de Ciências Sociais, da Unesco. É filiado ao PFL-MG.	Não quis opinar
Floriza Verucci Paulista, advogada de Direito de Família e assessora do Ministério da Cultura. Formada pela UFMG e ex-bolista em Ciências Políticas, em Paris, é co-autora do Novo Estatuto Civil da Mulher, do projeto do novo Código Civil.	Deverá abordar problemas ligados à família e à participação social da mulher. Entre suas propostas práticas, destaca-se a alteração do conceito de família da atual Carta. Pretende defender a efetiva igualdade econômica no casamento.	Paulo Fernandes Bonavides Cearense, 62, jurista e catedrático de Direito Constitucional. Professor de Teoria Geral do Estado na Universidade Federal do Ceará (80), professor de Literatura Brasileira da Universidade de Heidelberg, Alemanha (82/83).	Quer uma Constituinte de profundo teor social com vistas à reconciliação social e melhoria das relações entre trabalho e capital. Para ele, a tônica fundamental deve recair sobre os aspectos sociais, em especial na proteção aos interesses das classes trabalhadoras.
Gilberto de Ulhôa Canto Jurista, 68, especialista em Direito Tributário. Foi membro das comissões que elaboraram a reforma tributária, em 55, e o atual Código Tributário Nacional, em 68. É presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro.	Defende mudanças na distribuição dos impostos, com critérios que respeitem as diferenças sociais, regionais e financeiras.	Paulo Brossard de Souza Pinto Gaúcho, 60, jurista. Foi professor de Direito Constitucional e Civil da PUC-RS e da Universidade Federal do RS. Deputado estadual pelo PL de 54 a 66, deputado federal pelo MDB de 66 a 70 e senador pelo MDB/PMDB de 74 a 82.	O consultor-geral da República, ao ser indagado sobre sua participação na Comissão da Constituinte, afirmou que "como não sei do que se trata, não estou em condições de comentar".
Hélio Jaguaribe Cientista político, 61. Foi fundador e chefe do Departamento de Ciência Política do ISEB, do MEC. É diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Conjunto Universitário Cândido Mendes (RJ) e decano do Iuperj (RJ).	Favorável às candidaturas avulsas e à separação do Congresso da Constituinte, embora acredite que já seja "matéria vencida". Defende a transição "da sociedade de classe média para sociedade de massas".	Rafael de Almeida Magalhães Mineiro, 54, advogado. Vice-governador do Rio, em 64-65, no governo Lacerda, substituindo o vice eleito, Elói Dutra, cassado pelo Movimento de 64. Deputado federal pela Arena (66-68), foi para o MDB em 78. Derrotado para o Senado em 82.	Não encontrado
Hilton Ribeiro da Rocha Mineiro, 74, oftalmologista. Foi presidente da Associação Médica Brasileira e catedrático de oftalmologia da UFMG. Autor do livro "Páginas Esparsas", sobre a prática da Medicina no Brasil.	Negou-se a fazer comentários sobre a Constituinte e não quis adiantar nenhuma proposta na área de saúde pública, que possivelmente levaria à Comissão de Estudos Constitucionais. "Política não é minha especialidade", disse.	Raul Machado Horta Professor, é catedrático de Direito Constitucional da Universidade Federal de Minas Gerais. Publicou vários livros, entre os quais "O controle da constitucionalidade das leis no regime parlamentar".	Combate as candidaturas avulsas por entender que a representação das correntes políticas deve se dar através dos partidos, e defende a atribuição de poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 86.
Josaphat Marinho Baiano, 69, jurista e professor de Direito Constitucional. Participou da Constituinte de 47, pela UDN. Foi presidente do Conselho Nacional de Petróleo no governo Jânio Quadros, e elegeu-se para o Senado em 62, e em 68 (pelo MDB).	Josaphat Ramos Marinho encontra-se em Recife (PE) e não foi localizado.	Rosah Russomano Gaúcha, 65, jurista. Professora há 37 anos, leciona Direito Constitucional na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Tem doze livros publicados sobre Direito Constitucional e Administrativo.	Não destaca temas específicos para discussão, mas defende o parlamentarismo e o direito à educação.
João Pedro Gouveia Vieira Presidente do Grupo Ipiranga, que engloba empresas do setor de química, petroquímica e fertilizantes.	Preferiu não dizer o que vai defender na Comissão por considerar que as questões são muito complexas e não quer opinar agora.	Sérgio Franklin Quintela Carioca, 50, empresário. É diretor-presidente da Cia. Internacional de Engenharia, vice-presidente da Montreal, entre outras atividades empresariais. Foi presidente da Cia. do Jari (82). É o atual presidente do PFL do Rio de Janeiro.	Não encontrado
Joaquim Arruda Falcão Neto Mestre em Direito pela Universidade de Harvard (EUA), doutor em Educação pela Universidade de Genebra (Suíça), ex-diretor da Faculdade de Direito da PUC-RJ. É professor da UFPE. Colaborador da Folha, onde assinava a coluna de Recife.	Defende o direito de cidadania, não apenas como direito político, mas também como econômico e social. Defende um Poder Judiciário administrativamente ágil e politicamente independente; um Legislativo socialmente representativo e politicamente poderoso.	Walter Barelli Economista, 46, diretor-técnico do Dieese e professor. Foi cogitado para o Ministério do Trabalho do presidente Tancredo Neves e para suceder Almir Pazzianotto na Secretaria de Relações do Trabalho de São Paulo, em março deste ano.	Defende o ensino gratuito até os 18 anos e o direito de toda criança ter condições adequadas de alimentação e vestuário. E propõe garantia de emprego a todos, com salário mínimo suficiente para atender às necessidades do trabalhador e sua família.